



OBSERVATÓRIO **BR-319**

<<< INFORMATIVO N°43 | MAIO 2023 >>>



www.observatoriobr319.org.br



1. Barra de Navegação

Botão do Sumário
do Documento.

Como navegar?

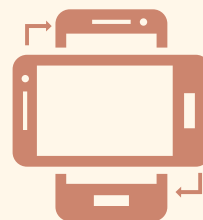
Bem-vindos e bem-vindas ao PDF interativo do Informativo do Observatório BR-319. Para uma melhor interação, recomendamos que você baixe o arquivo em PDF e use o leitor Acrobat ou visualize através dos navegadores (browser) Firefox, Google Chrome ou Internet Explore. Siga nossas instruções e boa leitura!

2. Links/Hyperlinks

www.observatoriobr319.com.br

Textos sublinhados são
hyperlinks que te levarão
para um link externo.

4. Visualização em Smartphones



Para uma leitura mais confortável, o recomendado é **ativar a função de rotacionar a tela** do seu aparelho para o modo paisagem.

3. Ícones Interativos



Botão que indica links externos.



Botão que indica mais conteúdo.



Botão para vídeos externos.



Botão para áudios externos.



Botão que indica informações
e agendamentos.



Botão que indica visualização
de galerias de fotos no documento



Botão que amplia as fotos
ou documentos

Indica a numeração e a
navegação pelas páginas

≡ Nesta Edição

4 Editorial

5 Destaque do Mês

- Draga de garimpo invade Áreas Protegidas em Tapauá e revolta população

11 Interior em Foco

- Indígenas discutem novo protocolo para denúncia de crimes ambientais

13 Monitoramentos

- Focos de Calor
- Desmatamento

18 Diálogos da BR-319

- MPF alerta sobre pressões para exploração de potássio em território Mura em Autazes

20 Ciência

- Ingestão diária de mercúrio excede os limites seguros em seis estados da Amazônia

22 Minuto BR



Editorial

Desde 2017, o Observatório BR-319 se propõe a desenvolver, reunir e disseminar informações e pesquisas feitas na área de influência da BR-319 para qualificar o debate, reconhecendo a importância do protagonismo das comunidades tradicionais, povos indígenas, produtores familiares e instituições na construção e fortalecimento da governança na região.

O mês de maio de 2023 ficará marcado na história do Brasil como um período de retrocessos socioambientais, que prometem ser ainda maiores em breve.

Com a mesma intensidade que o novo governo Lula nos trouxe esperança de dias melhores, nos impôs a certeza de um futuro sombrio com o desmonte do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e do Ministério dos Povos Indígenas, além do avanço do infame marco temporal, uma excrescência política e moral. O que mais entristece é que essas medidas não encontraram absolutamente nenhuma dificuldade para progredir no Congresso Nacional. É lamentável, desalentador e decepcionante.

No Destaque do Mês trazemos a cronologia de fatos importantes sobre a presença de uma draga de garimpo que invadiu Tapauá no final de abril e percorreu todas as áreas que quis durante o mês de maio, até que os órgãos ambientais conseguissem se mobilizar para localizá-la e, por fim, destruí-la. É impressionante, mas não inacreditável, a segurança de pessoas envolvidas em atividades de mineração na Amazônia para fazerem o que quiserem onde bem entenderem. A seção Ciência pega o gancho do assunto e fala sobre um estudo inédito, que contou com as organizações membro WWF — Brasil e Greenpeace Brasil, que alerta a respeito da contaminação por mercúrio, acima de níveis seguros, em peixes consumidos na

Amazônia. É o preço que todos nós pagamos pela negligência das autoridades.

No Interior em Foco, falamos sobre uma estratégia que desenvolve vida entre organizações da sociedade civil e governo para combater crimes ambientais. O evento de apresentação reuniu moradores de territórios indígenas para engajamento e discussões de ações.

A situação dos Mura, de Autazes (AM), foi o tema de uma coletiva de imprensa realizada pelo Ministério Público Federal (MPF). Na ocasião, o procurador da República, Fernando Merloto Soave, resgatou o histórico do conflito criado no território pela pressão para exploração de potássio. Lideranças expuseram as ameaças e todos os problemas que a situação acarreta. A nossa matéria traz informações sobre o assunto, além do link para a coletiva de imprensa completa e documentos disponibilizados pelo órgão.

Como sempre, não deixe de ler a seção Monitoramentos, com informações consolidadas de focos de calor e desmatamento, além do Minuto BR, que, destacamos, traz as últimas informações sobre a investigação da chacina do rio Abacaxis.

Boa Leitura!

Fernanda Meirelles e Izabel Santos

Secretaria Executiva do Observatório BR-319



Destaque do Mês

Draga de grande porte circulou por Tapauá entre abril e maio.

Draga de garimpo invade Áreas Protegidas em Tapauá e revolta população

Embarcação foi autuada pela prefeitura, mas não se retirou no município e foi destruída em ação liderada por órgãos ambientais.

Uma draga de garimpo invadiu, pelo menos, cinco Áreas Protegidas em Tapauá, no sul do Amazonas, entre os dias 28 de abril e 24 de maio. A presença da embarcação revoltou moradores do município, que tomaram as ruas em protesto cobrando ações enérgicas do poder público. A maior preocupação das pessoas era a iminente contaminação de peixes e da água consumidos na região. A autuação da prefeitura não intimidou os operadores da embarcação, que ainda percorreu quilômetros no rio Purus entre a Floresta Estadual (FES) Tapauá, a Terra Indígena (TI) Apurinã do Igarapé do São João, a Reserva Biológica (Rebio) do Abufari, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Piagaçu-Purus e a TI Itixi-Mitari.

De acordo com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (Semmatur) de Tapauá, as denúncias sobre a presença



Foto: Divulgação / Ibama

da draga começaram em 28 de abril, quando ela estava nas proximidades das comunidades ribeirinhas Jatuarana e Itatuba. Com o apoio das polícias militar e civil, a secretaria começou as buscas pela draga, que foi encontrada perto da comunidade Baturité, na FES Tapauá onde foi lavrado o Auto de

Notificação nº 004/2023-Semmatur devido a irregularidades como a ausência de Certidão de Viabilidade Ambiental (CVA), Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) Municipal e de um técnico responsável pela atividade. A medida interrompeu momentaneamente a atividade da embarcação.

A draga tinha Licença de Operação (LO) do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) com data de emissão em 17 de fevereiro de 2023, em nome de João Leonardo Leismann De Sá Chaves, empresário de Rondônia ligado à Cooperativa dos Trabalhadores em Garimpo, Extrativismo, Pesca e Ambientalismo do Estado e à Nacional Intermediações LTDA. A LO autorizava a draga à pesquisa mineral de ouro em 421 hectares no período de um ano. A embarcação também tinha uma placa com número de alvará da Agência Nacional de Mineração (ANM).

No dia 29, a embarcação parou no Igarapé São João, na aldeia de mesmo nome, na TI Apurinã do Igarapé do São João, próximo ao porto da cidade. Ela ficou no local em suposta manutenção até o dia 8 de maio, quando voltou para a comunidade Baturité.



Em 3 maio, a prefeitura acionou por de ofício o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Sem resposta concreta do Ibama, no dia 10, a Semmatur deflagrou a **Operação Dubai**, em alusão ao nome da draga. Na ocasião foram realizados **autuações e embargos com base no Código Ambiental do Município de Tapauá**, pois as irregularidades constatadas na primeira fiscalização não foram sanadas, o que justificou a suspensão das atividades e a condução dos garimpeiros ao 64º DIP de Tapauá, onde prestaram esclarecimentos e assinaram um Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) e foram liberados em seguida. A prefeitura pediu que a draga fosse retirada do município, que desceu o rio.

Quando foi destruída, no dia 24 de maio, a balsa estava na Boca do Lago Itaboca, entre as comunidades Beabá e Itaboca, dentro da

RDS Piagaçu-Purus e no entorno da TI Itixi-Mitari, já nos limites do município de Beruri. O Observatório BR-319 apurou que não há no sistema de dados da ANM registro de autorização de pesquisa ou lavra garimpeira nesta área.

Segundo informações da superintendência do Ibama no Amazonas, uma Força-Tarefa de Segurança Pública Ambiental (FTSPA) destruiu a Draga Dubai durante a Operação Gana, em ação coordenada entre a Polícia Federal, Ibama, Polícia Militar e Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amazonas (Sema-AM). A força-tarefa se deslocou de hidroavião de Manaus, por cerca de 1h30, até a sede do município de Tapauá, de onde partiram de lancha em busca da draga, que foi localizada após, aproximadamente, **15 horas de buscas**.

“A draga estava escondida na RDS Piagaçu-Purus. Após abordagem pela FTSPA, foi constatada a mineração ilegal. Foi realizada a destruição da embarcação conforme os normativos

vigentes, por não haver possibilidade de sua remoção, além da balsa de combustível, do empurrador e de 6 mil litros de diesel. Foram aplicadas multas que totalizaram aproximadamente R\$ 16, 5 milhões”, informou a superintendência do Ibama no Amazonas.

A região por onde a balsa transitou é uma das mais preservadas da área de influência da BR-319. O Observatório BR-319 apurou que a embarcação esteve na Rebio Abufari, que é uma Unidade de Conservação (UC) de proteção integral e de acesso restrito, onde a visitação pública é proibida, exceto com objetivos educacionais. No caso da RDS Piagaçu-Purus, existem lagos onde peixes-bois são soltos para reabilitação na natureza. De acordo com a Sema-AM, a área de soltura dos animais fica na comunidade Cuiuanã, distante do local onde a draga foi destruída.

“Nosso posicionamento é totalmente contrário ao garimpo em nosso município! Nossas ações, dentro das nossas atribuições legais, foram imediatas e contundentes! Fizemos as atividades paralisar e retiramos a embarcação da área. Todavia, como nosso perímetro municipal é imenso, a balsa ainda ficou, mais ou menos, 14 dias ancorada nas margens do rio Purus, próximo a comunidade Beabá, dentro de uma RDS Piagaçu-Purus, e ao lado de uma terra indígena”, relatou o secretário titular da Semmatur, Jaciel Santos. “Para o futuro, estamos trabalhando em legislação municipal que proíba toda qualquer atividade de mineração em Tapauá”, revelou.

O OBR-319 apurou, também, que não há justificativa para



Foto: Divulgação/Semmatur



a presença de uma draga de grande porte para a realização da pesquisa mineral e não consta nos processos em tramitação na ANM a Guia de Utilização, que autorizaria a extração mineral já na etapa de pesquisa. A LO emitida pelo Ipaam menciona somente a “prospecção superficial”, que não necessitaria de uma draga de grande porte para ser realizada. Portanto, há a suspeita de que o Alvará de Pesquisa Mineral, emitido pela ANM, possa ser utilizado de forma ilícita para respaldar atividade de garimpo ilegal. Além dos órgãos ambientais federais, estaduais e municipal, o **Ministério Público Federal (MPF)** e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), também foram acionados.

A IMPORTÂNCIA SOCIOAMBIENTAL DO MÉDIO PURUS

Tapauá fica na calha do Médio Purus e é um dos maiores municípios do Amazonas, com 8.536.563 hectares, e 16.876 habitantes. A região abriga Áreas Protegidas importantes, como a Rebio Abufari, que tem um dos maiores tabuleiros de reprodução de quelônios da Amazônia. Além disso, tanto o povo Apurinã da TI Itixi-Mitari quanto as populações ribeirinhas da RDS Piagaçu-Purus realizam o manejo de pirarucu, uma das atividades econômicas mais sustentáveis da região, que gera renda aos envolvidos e, ainda, fortalece a conservação da espécie. A RDS, inclusive, é popular

entre cientistas por ser um santuário para mamíferos aquáticos. A bióloga da WCS Brasil, Sannie Brum, conta que o local é um dos mais ricos em biodiversidade na Amazônia.

“Para se ter uma ideia, o rio Purus é o local com maior densidade de botos já registrada na Amazônia e, em se tratando de pesca, a região tem muitas várzeas alagadas, tanto do Purus quanto do Solimões, o que gera muitas espécies de plantas macrófitas, importantes para a alimentação de peixes e mamíferos aquáticos, como botos e peixes-bois,” explica Sannie.

Desde 2016, a RDS Piagaçu-Purus tem sido a principal área de soltura de peixes-bois reabilitados em cativeiro pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa). Até 2021, 44 animais foram reintroduzidos na natureza na área de várzea da RDS, e monitorados via radiotelemetria com apoio das comunidades

loais. Esta atividade tem sido uma estratégia importante de conservação da espécie, que é ameaçada de extinção.

“Um dos critérios de escolha de área de soltura é que o ambiente seja protegido, como dentro de Unidade de Conservação, mas, principalmente, que o habitat esteja saudável. Alguns estudos mostram que a poluição e a contaminação dos rios por conta de metais pesados provenientes do mercúrio usado nas atividades de mineração afeta, diretamente, o ambiente aquático e, conseqüentemente, a principal fonte de alimento da espécie, as plantas aquáticas e semiaquáticas”, explica Diogo de Souza, pesquisador da Associação Amigos do Peixe-Boi (Ampa). “O peixe-boi é uma espécie exclusivamente herbívora. Portanto, pode aumentar a probabilidade de mortalidade dos animais por conta da ingestão de alimento contaminado, ocasionando risco de intoxicação, lesão ou patologia tecidual”, acrescenta.



Soltura de peixe-boi na RDS Piagaçu-Purus.

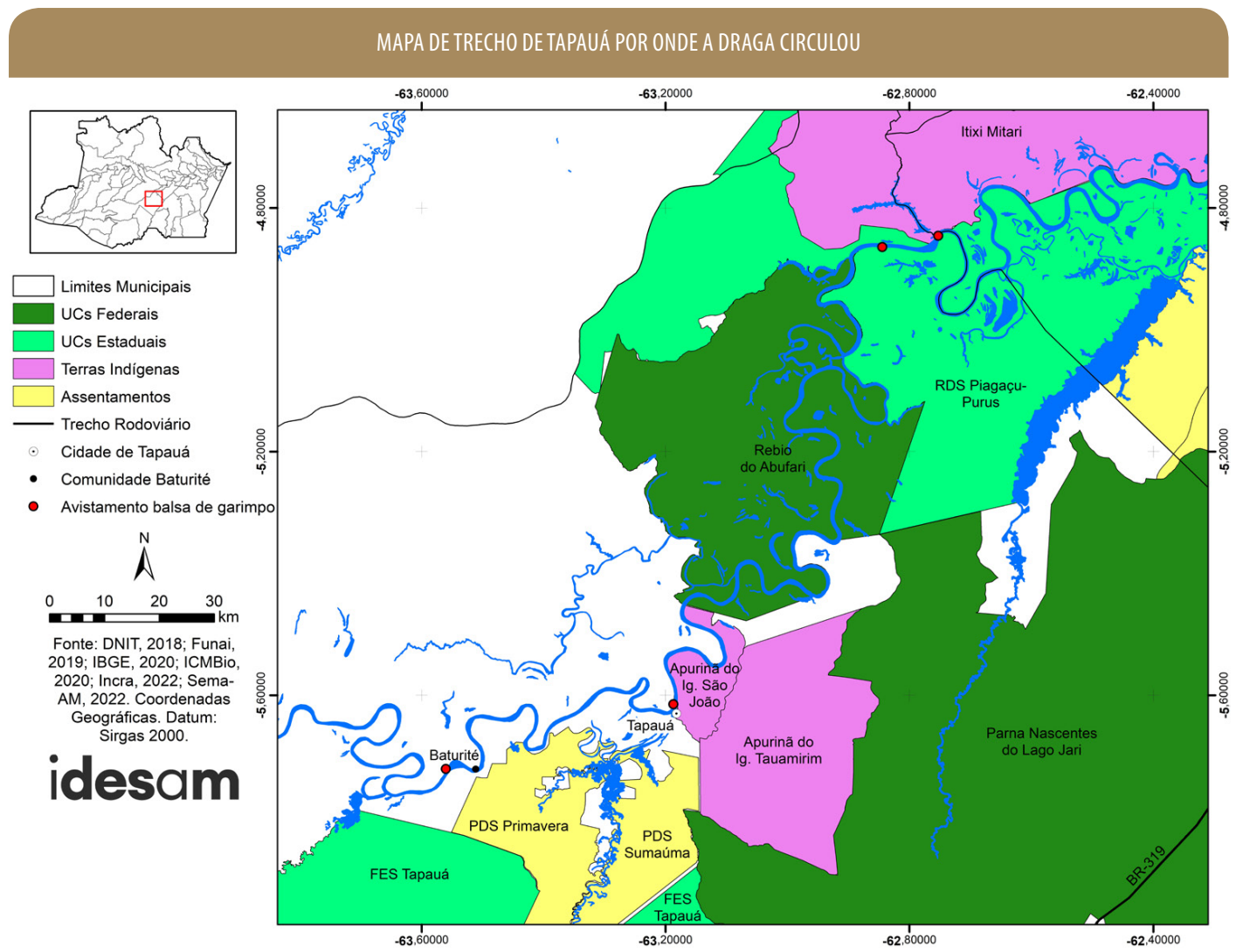
Foto: Divulgação/Ampa

POR QUE A MINERAÇÃO É RUIM PARA A AMAZÔNIA?

Para a extração de ouro de aluvião, os garimpeiros utilizam dragas de grande porte que revolvem o leito dos rios. A água é bombeada e filtrada com a utilização de carpetes, que retém os sedimentos. Os sedimentos são depositados em tanques de água e, neste momento, é utilizado o mercúrio para a amalgamação do ouro, ou seja, o minério se junta ao mercúrio formando pequenas pedras.

A última etapa é a queima destas pedras, quando o mercúrio é lançado à atmosfera, restando somente o ouro.

A água com mercúrio que resta nos tanques, geralmente, é descartada nos rios, contaminando a fauna aquática e as pessoas que entram em contato com o metal. O **parecer técnico nº 1495/2019 do Ministério Público Federal (MPF)** aponta que cerca de 80% das crianças nascidas em São Luiz do Tapajós, região no estado do Pará com alta incidência de extração de ouro, sofrem alterações no Quociente de Inteligência (QI) em virtude da contaminação por mercúrio oriundo do garimpo. O mercúrio também é responsável por diversos outros problemas de saúde, como doenças cardíacas, problemas de visão e paralisia cerebral. Leia mais sobre uma pesquisa inédita na **seção Ciência**.



O mapa mostra onde ficam a UCs, a sede do município de Tapauá e os locais onde a balsa foi vista e teve a localização geográfica informada à Sematur e ao Ibama. O linha mais grossa em azul é o rio Purus, por onde a draga navegou.

POPULAÇÃO DESRESPEITADA

No dia 18 de maio, moradores do município de Tapauá tomaram as ruas da cidade em protesto contra a presença da Draga Dubai. Com cartazes que diziam “não queremos garimpo em Tapauá. Nem legal e nem ilegal”, “a população indígena diz não ao garimpo” e “garimpo nunca foi a solução e sim a destruição”, pessoas de todas as idades fizeram uma manifestação pacífica que percorreu as ruas ganhando adesões.

Uma dessas pessoas foi José Pereira, do **Movimento Juntos por Tapauá**. Ele contou ao Observatório BR-319 que o posicionamento contra a mineração no município foi orgânico e mobilizou moradores da sede do município, de comunidades ribeirinhas e terras indígenas. “Pra gente foi uma surpresa saber da presença dessa balsa, dessa draga, no município de Tapauá, a gente nunca tinha visto uma embarcação desse porte no município de Tapauá e causou surpresa para todo o povo”, contou. “Sabendo de todos os males que extração de ouro e o garimpo provocam, nós não queremos, de maneira alguma, que a mineração se instale no nosso município! A gente sabe que as pessoas que dependem das águas para sobreviver vão ser muito afetadas e essa é uma ação que não tem volta”, relatou.

José disse que os muitos moradores ficaram revoltados ao saber que a draga tinha licenças do Ipaam e alvará da ANM para operar no rio Purus.

“Sabemos que esse tipo de empreendimento só beneficia os grandes, e não as comunidades locais, por isso a gente foi para as



Foto: Robson Costa – Portal Purus Notícias/Reprodução

ruas dizer que nós não queremos garimpo em Tapauá, que tem uma diversidade de povos indígenas presentes na beira do Purus e, ainda, muitas comunidades ribeirinhas”, disse Pereira. “A gente se moveu para dizer que nós não queremos, embora o Estado tenha dado essa liberação, embora a Agência Nacional de Mineração tenha dado esse alvará de funcionamento. Nós nos sentimos, acima de tudo, muitos desrespeitados, porque a gente sabe que para que essas licenças sejam emitidas, elas precisam ter a consulta prévia, principalmente dos povos tradicionais e dos povos originários como reza a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que diz que nenhum grande empreendimento que vai causar danos direto à população tradicional e à população indígena pode ser efetuada sem consulta prévia”, acrescentou. “O povo de Tapauá se sente desprotegido e desrespeitado por quem deveria nos proteger e nos respeitar”.

Outro morador de Tapauá que preferiu não se identificar disse temer pelo impacto no modo de vida da população local, que vive majoritariamente da pesca e da agricultura familiar, além da

destruturação social que o garimpo pode provocar. “As plantas sofrerão impacto de maneira direta, os peixes sofrerão impacto de maneira direta, o povo sofrerá impacto de maneira direta. Pois bem, como que eu falo isso? Porque nenhuma mineração faz coleta de ouro sem mercúrio, ou seja, isso causa um impacto ambiental muito grande e o município de Tapauá só vive da pesca e da agricultura familiar em pequena escala. Qual é a pequena escala? É a agricultura familiar para sobreviver. E se nos tirarem o direito da população viver da pesca e da agricultura familiar, nós estamos tirando a vida dos ribeirinhos”, disse.

“Há um ditado que fala que, se você quiser acabar com um povo, acabe com a cultura dele! É nossa cultura viver da pesca, viver do peixe que nós pegamos, viver da mandioca que nós plantamos, do feijão que nós plantamos, da macaxeira que nós plantamos!”, finalizou.

Texto produzido em colaboração com o Coletivo Jovens Comunicadores do Sul do Amazonas (Jocsam)



Interior em Foco

Indígenas discutem novo protocolo para denúncia de crimes ambientais

Lideranças indígenas e representantes do governo se reuniram para discutir novos protocolos e ferramentas de denúncias durante o seminário **Combatendo atividades ilegais em Terras Indígenas**, realizado entre os dias 16 e 18 de maio, em Manaus (AM).

O evento teve o objetivo aumentar a atuação dos órgãos de controle e fiscalização do Amazonas e conter o avanço dos crimes ambientais em terras indígenas. Participaram do encontro representantes das frentes de monitoramento territorial das Terras Indígenas Coatá-Laranjal, Setemã, Cunha-Sapucaia, Tenharim Marmelos, Lago Jauari, Camaiuá e Pinatuba, além de indígenas de outras regiões do Brasil e servidores de órgãos dos governos federal e estadual.

O seminário é fruto da cooperação entre o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e a WCS Brasil, por meio da iniciativa **Conservando Juntos**, com apoio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID).



Foto: Divulgação/Ipam

Participantes do seminário.

A incidência de crimes como invasão de terras e pesca ilegal coloca em risco o bem-estar e a qualidade de vida das comunidades indígenas. Sem um programa de fiscalização adequado, a sobreposição de atividades ilícitas nesses territórios aumenta a pressão e ameaça a segurança desses territórios.

“Esse é um projeto que nasce com o intuito de propor ações que vão coibir, combater e reduzir os crimes ambientais nas áreas

protegidas. Mas, para isso acontecer, temos que dialogar com os órgãos públicos, federais e estaduais, que têm como competência aplicar a lei, e uni-los com as organizações indígenas que estão empregando ações diretas de monitoramento em seus territórios”, afirma Martha Fellows, pesquisadora no núcleo indígena do IPAM.

Vanessa Apurinã, gerente de monitoramento territorial da Coiab, aponta a importância de associar o monitoramento conduzido tradicionalmente às ferramentas tecnológicas. “Quando o parente vai caçar, pescar, vai para a sua roça, isso é monitoramento, porque pode relatar que viu roçado, que viu rastros diferentes. Estamos apenas adaptando esse processo à tecnologia”, completa. A organização planeja realizar mapeamento de ameaças, pressões, além de formar grupos para essas atividades nos territórios.



Foto: Divulgação/Ipam

Texto adaptado da publicação original no site do IPAM escrito pelo jornalista Lucas Guaraldo. Leia a publicação na íntegra [clcando aqui](#).



Monitoramentos: Focos de Calor e Desmatamento

Foto: Acervo/Ideiam



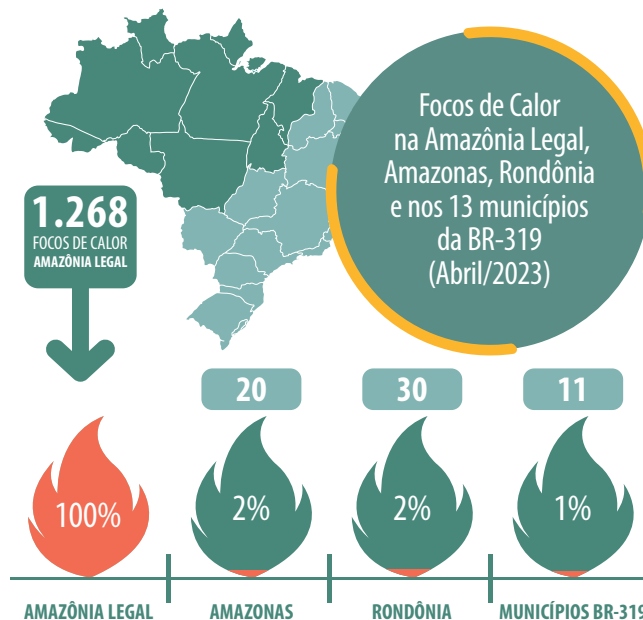
Monitoramento de Focos de Calor

Em abril de 2023, todas as regiões monitoradas pelo Observatório BR-319 apresentaram aumento no número de focos de calor em relação a abril de 2022, sendo: 58% na Amazônia Legal, 33% no Amazonas, 25% em Rondônia e 22% os municípios da BR-319.

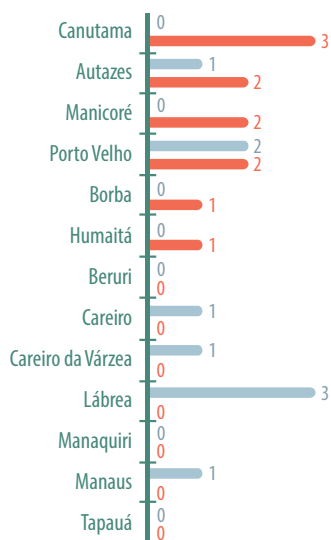
MUNICÍPIOS DA BR-319

Cinco, dos 13 municípios monitorados, apresentaram aumento no número de focos de calor em comparação ao mesmo mês de 2022, foram eles: Canutama, que liderou o ranking com três focos; Autazes e Manicoré, cada um com dois focos; seguidos de Borba e Humaitá, que registraram um foco de calor cada.

Lábrea, Careiro, Careiro da Várzea e Manaus foram os municípios que tiveram redução no número de focos de calor quando comparados a abril de 2022. Todos, não só reduziram, como também não registraram nenhum foco no mesmo mês em 2023, integrando, portanto, a lista de destaques positivos, junto de Beruri, Manaquiri e Tapauá, municípios que também não apresentaram focos de calor em abril.

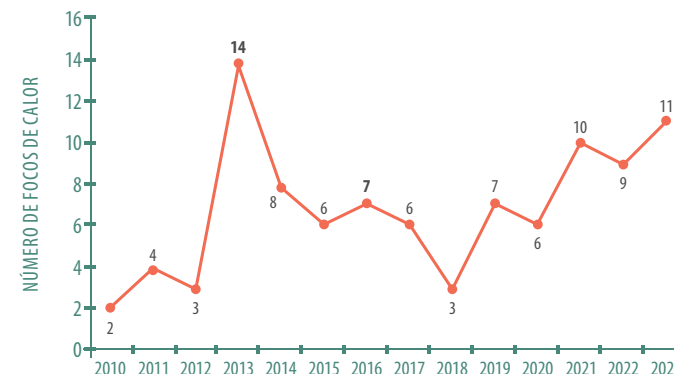


NÚMERO DE FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



Focos de calor em abril:
● 2022
● 2023

FOCOS DE CALOR NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE ABRIL (2010 A 2022)



COMPORTAMENTO DOS FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A ABRIL DE 2023



AUMENTOU

- Canutama (de 0 para 3 focos)
- Autazes (de 1 para 2 focos)
- Manicoré (de 0 para 2 focos)
- Borba (de 0 para 1 foco)
- Humaitá (de 0 para 1 foco)



DIMINUIU

- Lábrea (de 3 para 0)
- Careiro (de 1 para 0)
- Careiro da Várzea (de 1 para 0)
- Manaus (de 1 para 0)



FOCOS DE CALOR ZERO EM ABRIL/2022

- Beruri
- Careiro
- Careiro da Várzea
- Lábrea
- Manaquiri
- Manaus
- Tapauá

Porto Velho registrou o mesmo número de focos de calor de abril de 2022, com dois focos.



ÁREAS PROTEGIDAS

Dentre as Áreas Protegidas monitoradas pelo Observatório BR-319, nenhuma Unidade de Conservação registrou foco de calor no mês de abril. Já nas Terras Indígenas foi registrado um foco de calor na TI Murutinga/Tracajá para o referido mês.

1%

DAS 69 TERRAS
INDÍGENAS (TIs)
APRESENTARAM
FOCOS DE CALOR

0%

DAS 42 UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO (UCs)
APRESENTARAM
FOCOS DE CALOR



LISTA DE TIs
MONITORADAS



LISTA DE UCs
MONITORADAS

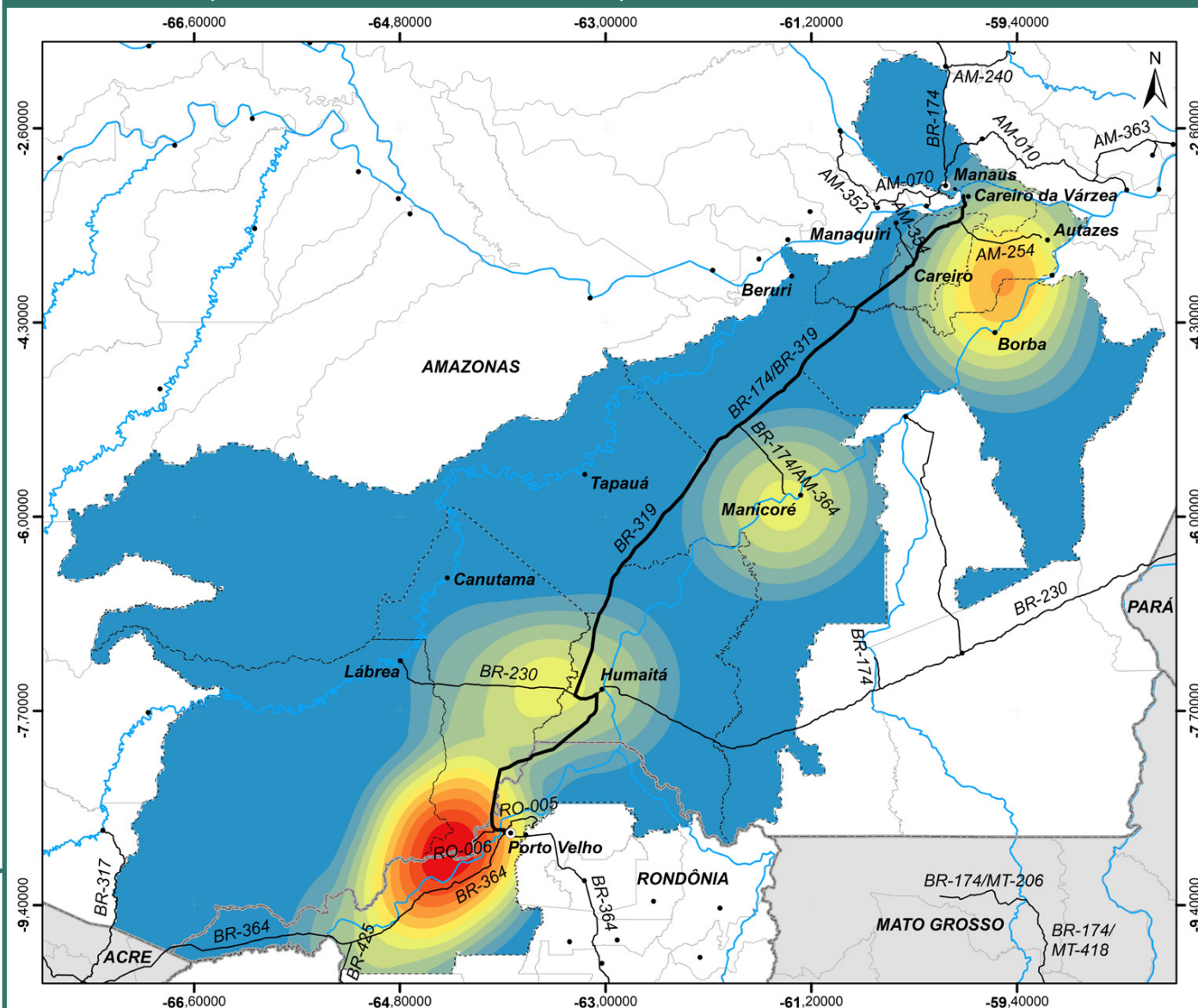


Foto: Aereo / Idesam



Os dados de focos de calor foram adquiridos do Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (<http://www.inpe.br/queimadas/bdqueimadas>). No mapa, há uma representação de densidade de pontos para o período analisado, a partir da estimativa de densidade por Kernel.

Mapa de Densidades de Foco de Calor nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Abril 2023





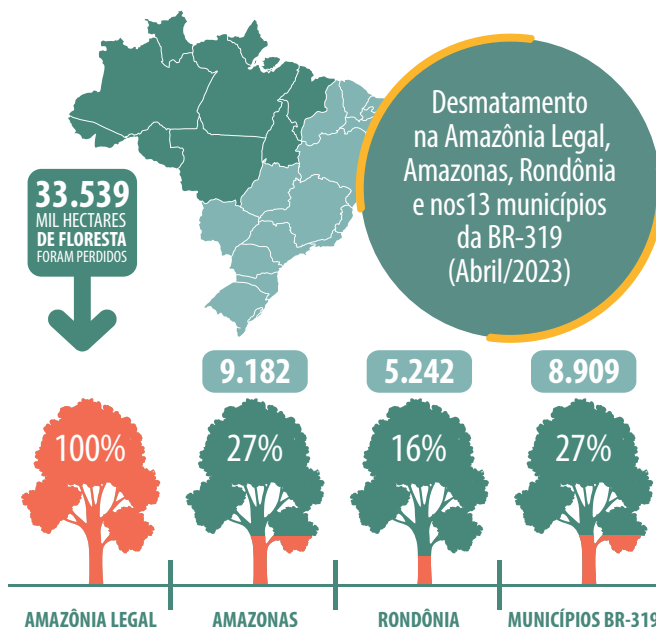
Monitoramento de Desmatamento

Em abril de 2023, tanto a Amazônia Legal quanto o Amazonas, Rondônia e os municípios da BR-319 apresentaram redução no desmatamento em relação a abril de 2022. A diminuição foi de 72%, 74%, 71% e 73%, respectivamente.

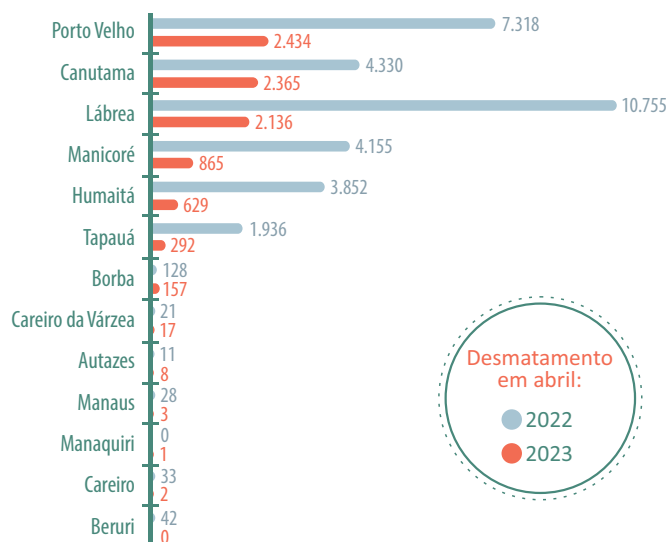
MUNICÍPIOS DA BR-319

Dos 13 municípios monitorados, apenas Borba apresentou aumento no desmatamento, com 23%. Todos os demais tiveram redução em relação ao mês de abril de 2022. Beruri não só reduziu, como foi o único município que teve desmatamento zero.

Porto Velho apresentou redução de 67%, Canutama de 45%, Lábrea de 80% e Manicoré de 79%, apesar disso, todos marcaram presença no *ranking* dos 10 municípios mais desmatados da Amazônia Legal em abril deste ano, ocupando a 2ª, 3ª, 4ª e 7ª posição, respectivamente. Porto Velho, Canutama e Lábrea ultrapassaram mais de 2 mil hectares (ha) desmatados somente neste mês.



DESMATAMENTO EM HECTARES NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



COMPORTAMENTO DO DESMATAMENTO NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A ABRIL DE 2023

AUMENTOU

- Borba (23%)

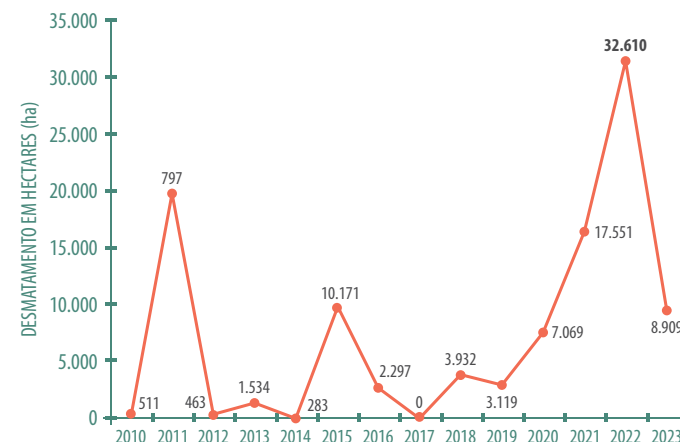
DIMINUIU

- Careiro (94%)
- Manaus (88%)
- Tapauá (85%)
- Humaitá (84%)
- Lábrea (80%)
- Manicoré (79%)
- Porto Velho (67%)
- Canutama (45%)
- Autazes (20%)
- Careiro da Várzea (20%)

DESMATAMENTO ZERO EM ABRIL/2023

- Beruri

DESMATAMENTO NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE ABRIL (2010 A 2023)



ÁREAS PROTEGIDAS

Quatro Unidades de Conservação (UCs) apresentaram desmatamento em abril: a Resex Jaci-Paraná, que teve 126 ha desmatados, ocupando a 4ª posição no *ranking* das UCs mais desmatadas da Amazônia Legal em abril de 2022. Além desta, a APA Tarumã-Ponta Negra registrou 3 ha; o Parna Mapinguari, 0,14 ha; e a Flona do Bom Futuro, 0,1 ha.

Em relação às Terras Indígenas (TIs), três apresentaram desmatamento. A TI Tenharim Marmelos - Gleba B teve 88 ha desmatados e ficou na 1ª posição entre as TIs mais desmatadas da Amazônia Legal e se mantém no *ranking* há dois meses, em março na 2ª posição e em fevereiro na 1ª. TI Nove de Janeiro, com 17 ha desmatados, ocupou a 7ª posição no mesmo *ranking*. TI Kaxarari teve 0,2 hectares desmatados.

4%

DAS 69 TERRAS INDÍGENAS (TIs) APRESENTARAM DESMATAMENTO

10%

DAS 42 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) APRESENTARAM DESMATAAMENTO



LISTA DE TIs MONITORADAS

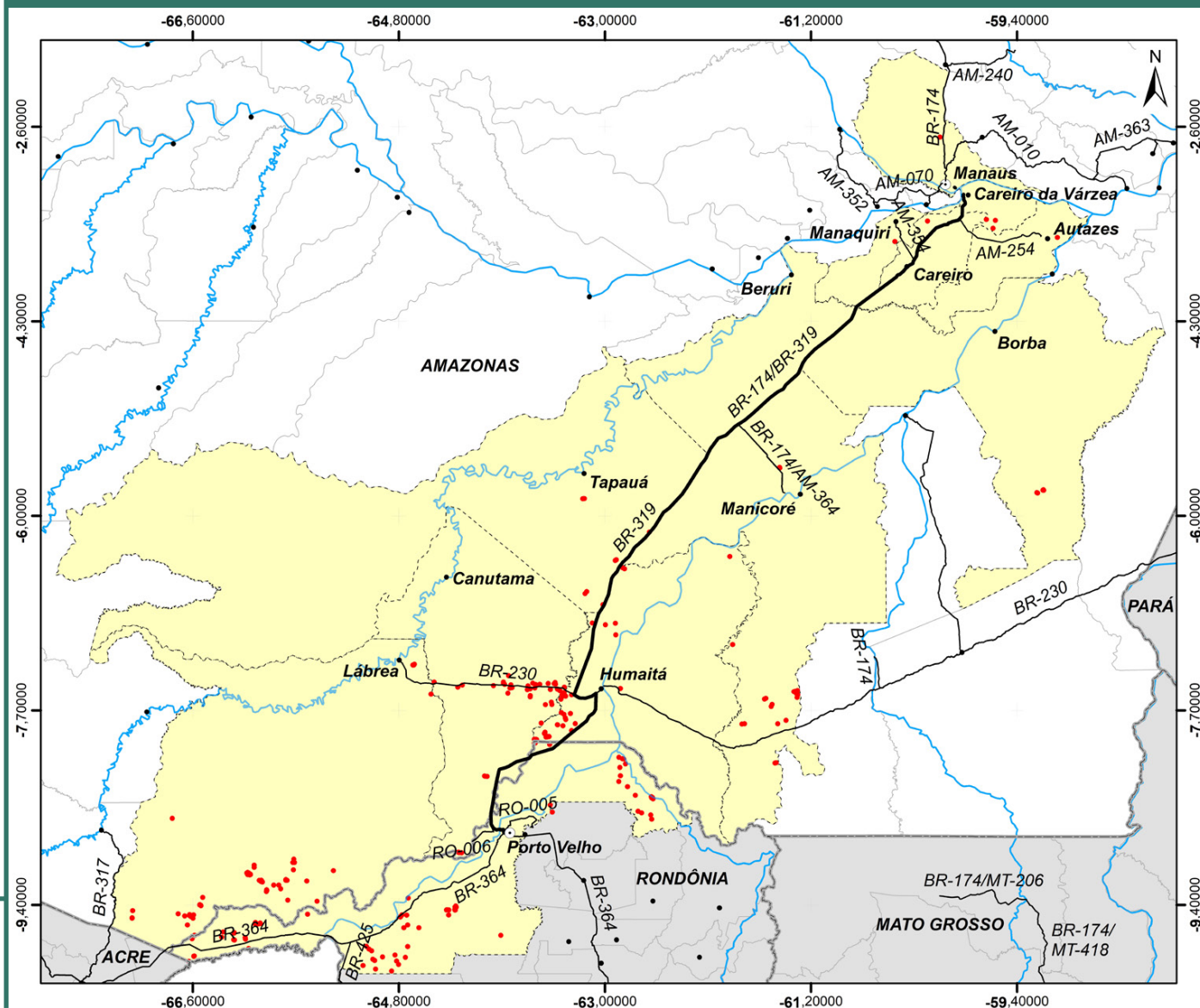


LISTA DE UCs MONITORADAS



As informações de desmatamento foram adquiridas do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon (<https://imazongeo.org.br/#/>). No mapa, estão representadas em pontos as localizações das áreas em que houve desmatamento.

Mapa de Desmatamento nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Abril 2023





Diálogos da BR-319



MPF alerta sobre pressões para exploração de potássio em território Mura em Autazes

Órgão realizou coletiva de imprensa para esclarecer atual situação causada por pressões para exploração de potássio no município.

O procurador República Fernando Merloto Soave realizou uma **coletiva de imprensa** no dia 28 de abril para atualizações sobre o posicionamento do Ministério Público Federal a respeito da pressão pela exploração de potássio que ocorre na Terra Indígena (TI) Soares-Urucurituba, território do povo Mura, em Autazes (AM). O procurador defende que, antes de qualquer decisão ou processo, todos os territórios pendentes de reconhecimento formal no local sejam demarcados.

Desde 2014, os Mura têm denunciado ao MPF perfuração de poços sem autorização dos indígenas, até em cemitérios ancestrais, coação e pressão para a venda de terrenos, além de relatos de ameaças.

“Depois que a Funai nos fez uma visita, recentemente [em abril], surgiu muito disse-me-disse e eu recebi até ameaças, ‘porque a Funai ia demarcar e fazendeiros iriam perder terras’”, relatou o tuxaua Sérgio Mura, da Aldeia Soares. “Surgiram muitos boatos, muitas coisas mentirosas, porque ninguém tem o direito de tomar as terras de ninguém, todos são iguais perante a lei e a gente só quer o que

está na Constituição, na lei 231”, esclareceu. “Já solicitamos a inclusão do tuxaua [Sérgio] no programa de direitos humanos por conta dessas ameaças”, acrescentou o procurador Fernando Merloto.

O tuxaua se refere a uma visita realizada pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) para avaliação da criação de um grupo de trabalho para dar andamento ao processo de demarcação do território, medida indicada pela Justiça Federal. “O território indígena é um território independente de estar demarcado. A demarcação é um procedimento declaratório. É claro que traz mais segurança jurídica, mas é um processo declaratório. Não deixa de ser um território indígena pelo que o governo fala que é ou deixa de falar”, explicou Merloto.

SAIBA MAIS:



Baixe documentos disponibilizados pelo MPF

- » Relatório antropológico
- » Relatório de inspeção judicial
- » Relatório de inspeção anexo I - TIs Mura
- » Relatório de inspeção anexo II - Entrevista com indígena



ENTENDA

O MPF no Amazonas passou a acompanhar o caso em 2014, depois de receber informações de que a empresa Potássio do Brasil começou a realizar estudos e procedimentos na região sem qualquer consulta às comunidades. Em julho de 2016, o órgão expediu recomendação ao Ipa-am, para que cancelasse a licença já expedida, e à Potássio do Brasil, para que suspendesse as atividades de pesquisa na região até a realização das consultas nos moldes previstos na legislação. Nenhum dos pedidos foi atendido.

NÃO DEIXE DE LER:



- » Desembargador autoriza licenças para exploração de potássio em Autazes



Análise de peixes em mercado em Belém do Pará.

Ciência



Ingestão diária de mercúrio excede os limites seguros em seis estados da Amazônia

Moradores de, pelo menos, 17 cidades de seis estados da Região Norte, entre as quais Manaus (AM), Humaitá (AM) e Porto Velho (RO), estão consumindo peixes contaminados por mercúrio acima dos níveis considerados seguros pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

A informação é de um estudo divulgado no dia 30 maio, que mostrou que, em média, 21,3% dos peixes comercializados nos principais centros urbanos da Amazônia têm níveis de mercúrio acima dos limites seguros.

Entre março de 2021 a setembro de 2022, profissionais envolvidos no levantamento compraram 1.010 peixes de 80 espécies em mercados e feiras livres em cidades do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, com o objetivo de reproduzir a experiência de compra dos moradores locais. As amostras foram coleta-

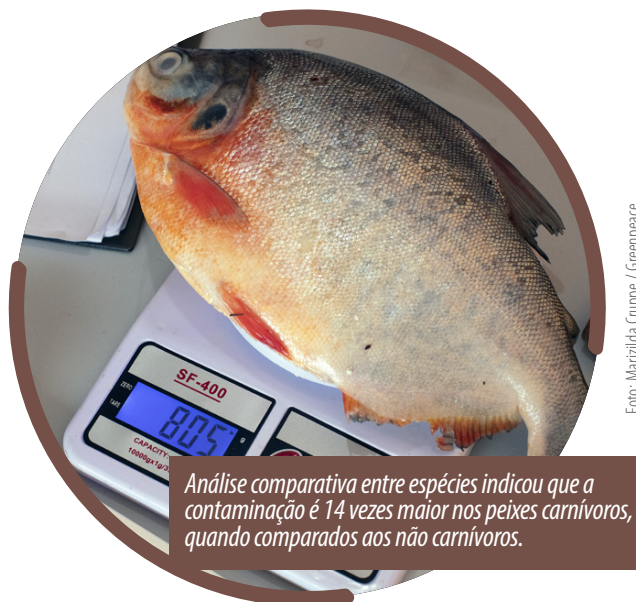


Foto: Marizilda Gruppe / Greenpeace

das em: Altamira (PA), Belém (PA), Boa Vista (RR), Humaitá (AM), Itaituba (PA), Macapá (AP), Manaus (AM), Maraã (AM), Oiapoque (AP), Oriximiná (PA), Porto Velho (RO), Rio Branco (AC), Santa Isabel do Rio Negro (AM), Santarém (PA), São Félix do Xingu (PA), São Gabriel da Cachoeira (AM) e Tefé (AM).

Os resultados mostram que peixes apresentaram níveis de con-

taminação acima do limite aceitável de $\geq 0,5 \mu\text{g/g}$, estabelecidos pela OMS. Os piores índices estão em Roraima, com 40% de peixes com mercúrio acima do limite recomendado, e Acre, com 35,9%. Já os menores indicadores estão no Pará, com 15,8%, e no Amapá, com 11,4%.

Em todas as camadas populacionais analisadas, a ingestão diária de mercúrio excedeu a dose de referência recomendada. No município mais crítico, de Rio Branco (AC), a potencial ingestão de mercúrio ultrapassou de 6,9 a 31,5 vezes a dose de referência indicada pela Agência de Proteção Ambiental (EPA) do governo norte-americano, que é $0,1 \mu\text{g/kg pc/dia}$.

As mulheres em idade fértil – público mais vulnerável aos efeitos do mercúrio – estariam ingerindo até 9 vezes mais mercúrio do que a dose preconizada, enquanto crianças de 2 a 4 anos até 31 vezes mais do que o aconselhado.

As análises foram realizadas no Centro de Tecnologia Mineral (CETEM/RJ) e no Instituto Evandro Chagas (IEC/PA). O estudo foi realizado por um grupo de instituições que inclui a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o WWF-Brasil, o Instituto Socioambiental (ISA), o Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé), a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) e o Greenpeace Brasil. **Leia a análise completa.**

Texto adaptado do original publicado no site da WWF – Brasil. **Leia na íntegra.**



NESTA EDIÇÃO

Minuto BR

Foto: Acervo / Idesam

Recuperação



Segundo o ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB), a recuperação das pontes obre os rios Autaz Mirim e Curuçá, na BR-319 deve começar em junho, no verão amazônico. Em reunião com o governador do Amazonas, Wilson Lima (UB), o ministro também afirmou que as obras na BR-319, segundo informações do ministro, devem ser retomadas no período do verão amazônico, com os trabalhos serão concentrados no lote C.



Esclarecimentos



Mesmo assim, no dia 7 de junho, o superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) no Amazonas, Luciano Moreira de Souza Filho, deve comparecer à Assembleia Legislativa do Amazonas (Alem) para prestar esclarecimentos à população sobre a recuperação das pontes. A informação foi repassada à imprensa pelo presidente da Alem, Roberto Cidade (UB), após mais de 10 convites para que o Dnit-AM comparecesse à Casa.

Fiscalização



Foto: Divulgação

No dia 11 de maio, a Polícia Federal, o Ibama e a Funai realizaram uma operação de combate ao desmatamento na Terra Indígena Karipuna, em Rondônia, para retirar invasores envolvidos na extração ilegal de madeira. A ação se concentrou nos 12 maiores pontos de alerta dentro do território, e 20 madeireiras foram alvo por fraudarem emissões de crédito no Sistema de Documento de Origem Florestal, segundo a PF. O esquema era usado para “esquentar” a origem dos produtos florestais que são comercializados ilegalmente, ou seja, dar aparência de legalidade por meio de laranjas e planos de manejo fraudulentos.

Rio Abacaxis



A Polícia Federal concluiu as investigações sobre a chacina do rio Abacaxis, cometida por policiais militares na região que fica entre os municípios de Nova Olinda do Norte e Borba, no Amazonas, em

agosto de 2020. A investigação listou oito homicídios, incluídos dois jovens indígenas Munduruku e um adolescente; quatro casos de tortura que não resultaram em mortes; ocultação de corpo, e continuidade do desaparecimento de restos mortais; lesões corporais graves em três vítimas, duas delas crianças; e incêndio criminoso de três casas em uma aldeia, com destruição de documentos e bens. A polícia também determinou o indiciamento do coronel da PM Louismar Bonates, ex-secretário de Segurança Pública do Amazonas, e do ex-comandante-geral da PM do estado Ayrton Ferreira do Norte. O primeiro foi acusado de ordenar e viabilizar a operação. O segundo, de comandá-la. As investigações da PF prosseguem para tentar individualizar as condutas de quase 130 policiais militares e civis que, conforme os investigadores, participaram da operação. Conforme a PF, o que ocorreu foi uma atuação típica de grupo de extermínio, com apoio institucional para ocultação dos crimes. A polícia citou a ocorrência de crime contra a humanidade na operação.



Foto: Divulgação



NESTA EDIÇÃO

Expediente

Coordenação // Fernanda Meirelles (Idesam)

Edição, Editoração e Textos // Izabel Santos (Idesam)

Monitoramentos

Focos de Calor e Desmatamento // Tayane Carvalho (Idesam) e
Thiago Marinho (Idesam)

Análises e Textos // Tayane Carvalho (Idesam)

Levantamento de Dados e Mapas // Thiago Marinho (Idesam)

Revisão // Camila Garcez, Fernanda Meirelles, Larissa Mahall Marinho (Idesam)
e Renato Rocha (Opan)

Coordenação de Divulgação // Izabel Santos (Idesam)

Projeto Gráfico e Diagramação // Sílvio Sarmiento (SS Design)

www.observatoriobr319.org.br

REALIZAÇÃO:



OBSERVATÓRIO
BR-319



FAS
Fundação
Amazônia
Sustentável



idesam



GREENPEACE

